

ANAIS DO  
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

**A CIDADE E A HISTÓRIA**

VOLUME I

LV  
Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1974

## UM ESTUDO DE URBANIZAÇÃO NA ANTIGA ZONA PIONEIRA PAULISTA (\*).

*DIÓRES SANTOS ABREU*

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de  
Presidente Prudente (S.P.).

A finalidade desta comunicação é divulgar entre os historiadores presentes a este Simpósio os resultados finais de uma pesquisa, já publicada (1), sobre o processo histórico de urbanização de uma cidade paulista — Presidente Prudente — situada na antiga zona pioneira daquele Estado.

Fundada pelos pioneiros que desbravaram o Extremo Oeste do Estado de São Paulo, situada na zona da Alta Sorocabana, a origem de Presidente Prudente prende-se à expansão cafeeira nos espigões do planalto ocidental paulista, favorecida pela política de valorização do café da década de 20.

Esta expansão cafeeira, em São Paulo, foi um fator importante de urbanização do Oeste e sobretudo do Extremo Oeste do Estado. Enquanto o café ocupou o Vale do Paraíba paulista e fluminense, produziu um tipo de povoamento predominante rural e estruturou uma economia e sociedade em moldes não muito diversos dos do período colonial. À medida que o café se consolidou na região Oeste do Estado, representada por uma área circunscrita pelas cidades de Batatais, Bebedouro, Jaú, Botucatu, Itú, Bragança e Mococa, começou, a partir dos meados do século XIX, a exercer sua função urbanizadora seja pela abertura de novos núcleos, seja principalmente, pelo rejuvenescimento que trouxe para aquela área ligada à agricultura da cana de açúcar e de subsistência, refletindo-se nas cidades da região. A ação urbanizadora do café alcançou sua ple-

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 4ª sessão de estudos, Equipe B-2, no dia 4 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1) . — *Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

nitude no momento em que ganhou os espigões do planalto ocidental paulista no final do século passado e primeira metade do atual. Então, o que ocorria anteriormente, a fazenda precedendo a cidade, foi invertido. A cidade será, na maioria das vezes, o trampolim para a ocupação da zona rural. E continuará depois a fornecer-lhe as condições para o desempenho de suas funções vitais.

Este desenvolvimento da urbanização ligado à expansão cafeeira ocorreu em grande parte, porque a ocupação do Extremo Oeste paulista pelo café se fez não só pelo latifúndio, numa repetição do que ocorrera anteriormente em outras áreas, como também pela pequena propriedade. Grandes extensões de terra foram adquiridas por compra, posse ou “grilo” e cortadas em lotes para serem vendidas a pessoas de pequenas posses desejosas de se enriquecerem com a plantação de café. E um núcleo urbano anexo à área loteada tornava-se indispensável ao bom êxito do comércio de terras. O proprietário ou a companhia loteadora se esforçará para dotá-lo de armazem, médico, capela, farmácia etc. de maneira a atrair compradores que se sentirão seguros instalando-se numa gleba que tenha “recursos”. Daí o número de cidades aumentar de forma proporcional à expansão cafeeira, que por sua vez foi acompanhada ou precedida da rede ferroviária, condição fundamental de seu crescimento, fazendo com que as cidades fossem criadas, preferencialmente, em torno das estações ferroviárias.

Os destinos de Presidente Prudente estiveram na dependência das oscilações da economia cafeeira até a terceira década do século XX, quando a crise do setor cafeeiro e o desenvolvimento da indústria e do mercado urbano de São Paulo motivaram uma reorientação da economia paulista, passando o município a desenvolver a cultura do algodão e a criação de gado.

Crescendo numa região de pequenas propriedades, encravadas entre latifúndios poderosos, Presidente Prudente tornou-se importante centro comercial e de prestação de serviços para toda a Alta Sorocabana, fenômeno favorecido por rede viária, partindo da cidade em várias direções.

Beneficiada pela expansão constante da zona rural, sendo desde logo o centro produtor mais importante da região, Presidente Prudente cuja influência transcendia desde cedo os limites do município, dada sua posição de ponta avançada no sertão e sua situação geográfica favorável para as comunicações, viu sua população crescer rapidamente. De 846 habitantes em 1920 saltou para 12.637 habitantes em 1940. Paralelamente, o núcleo urbano dos primeiros tem-

pos, instalado no meio da mata, resumindo-se em casas de madeira e ranchos com uma aparência de instalação provisória, foi cedendo lugar a uma cidade razoavelmente urbanizada.

O processo de urbanização, no entanto, encontrou sérios obstáculos na estrutura político-administrativa da Primeira República. Não obstante se tratasse de área em que a pequena propriedade se desenvolvera de forma expressiva ao lado da grande propriedade, o município viu-se submetido ao sistema político reinante em outras regiões do País onde imperava quase exclusivamente o latifúndio, sistema conhecido como coronelismo. Toda a vida política e administrativa municipal ficava ao arbítrio dos chefões locais, de seus interesses e rivalidades pessoais, montando-se a vida política em um sistema de relações de clientela, entendendo-se a administração pública como um jogo de vontades pessoais e de prestígio, facilitado por uma hierarquia — Diretório Político Municipal, Comissão Diretora do P.R.P., parlamentares estaduais e federais, Presidente do Estado e Presidente da República — ligada por compromissos pessoais de fidelidade, assentando-se na falta de representatividade do voto popular dado não a programas, mas a pessoas.

Tal sistema se caracterizava pela ausência de uma burocracia estável. A cada mudança política, renovavam-se os funcionários, exigindo-se destes, menos a capacidade do que a fidelidade à política dominante. Além disto, a situação de dependência política dos chefes locais aos chefes estaduais era mantida por um regime que colocava a economia do município totalmente subordinada à do Estado e à União, ficando-se à espera das dádivas destes para a realização de obras públicas.

O fato do sistema do coronelismo medrar em Presidente Prudente, área de pequenas propriedades, explica-se em virtude desta região estar subordinada a um esquema político mais amplo imposto à Nação como um todo. Desamparados pela administração pública, pela justiça (dependentes ela própria dos coroneis), impotentes diante de um quadro político que não lhes permitia voz ativa, economicamente frágeis, vivendo às voltas com dificuldades inerentes à ausência de crédito, sem amparo algum para a produção e a distribuição dos seus produtos, os pequenos proprietários, longe de se organizarem para exigirem uma reorientação política, constituíram a base dos coroneis, dos quais se sentiam dependentes e aos quais estavam ligados por fatores diversos.

A primeira forma de oposição enfrentada pelos coroneis e assim mesmo superficial, pois que fundada apenas em ressentimentos pes-

soais, foi a esboçada pelas várias dissidências dentro dos quadros do partido oficial — P.R.P.. Com o desenvolvimento do núcleo urbano e a diversificação da estrutura social, ligada à multiplicação de empreendimentos comerciais e ao desenvolvimento da pequena indústria, ampliação do setor burocrático e dos profissionais liberais, esboçou-se uma resistência mais efetiva congregada principalmente em torno do Partido Democrático. Falto de uma vinculação mais profunda com a população urbana e principalmente com a rural, os políticos do P.D., no entanto, quando no poder depois da Revolução de 1930, não transformaram fundamentalmente as práticas políticas até então vigentes. Passada a primeira hora, voltaram à cena política os líderes perrepistas, orientando-se pelo mesmo comportamento político, falando à população qualquer experiência verdadeiramente democrática, permanecendo os vícios da República Velha.

Não obstante a sobrevivência de atitudes personalistas e de relações de caráter puramente pessoais, o sistema administrativo beneficiou-se depois da Revolução de 1930 de uma nova organização administrativa municipal mais racional, amparada por organismos administrativos estaduais que orientavam tecnicamente as realizações municipais, embora tivessem também um caráter de fiscalização política. Desta forma, os poderes públicos tanto do Estado como do Município desempenharam importante papel no processo de urbanização de Presidente Prudente, realizando bom número de empreendimentos como água, esgoto, edifícios administrativos, calçamento, praças públicas e amparo técnico à lavoura.

Assim mesmo, a iniciativa particular esteve em Presidente Prudente à frente da iniciativa pública não só no volume de realizações materiais, mas também nos estímulos que transmitia aos recém-chegados, contribuindo para a formação de um ambiente de confiança e otimismo no futuro da cidade.

Dotada desde cedo de instituições administrativas (distrito policial, distrito de paz, município e comarca), religiosas e de prestação de serviços como o médico e o escolar, Presidente Prudente tornou-se paulatinamente centro regional da Alta Sorocabana, o que contribuiu para a multiplicação de empreendimentos urbanos. A expansão da industrialização na Capital Paulista liquidou as pretensões da pequena indústria prudentina que se esboçara nos primeiros tempos, mantendo-se o caráter essencialmente comercial, administrativo e de prestação de serviços que caracterizou o núcleo urbano desde a sua fundação.

\* \*

\*

### INTERVENÇÕES.

Da Prof.<sup>a</sup> *Suely Robles Reis de Queiroz* (FFLCH/USP).

Pergunta:

“A estruturação da economia do Município tendo por base já então a cultura do algodão e a criação de gado, fez-se no sentido de um regime de pequena propriedade?”

\* \*

\*

RESPOSTA DO PROFESSOR DIÓRES SANTOS ABREU.

À Prof.<sup>a</sup> *Suely Robles Reis de Queiroz*.

Disse:

“Não. A cultura do algodão que começa a prevalecer na economia prudentina a partir da década de 30 é feita não só nas pequenas propriedades que na década anterior plantaram café, como também em grandes propriedades. Principalmente, em parte dos latifúndios que estiveram até então à espera da valorização de terras e que foram desmatados para os algodoeiros. Na década de 40, quando começa a se acentuar a tendência pastoril da economia prudentina, as grandes propriedades vão se tornando cada vez mais importantes como áreas produtoras.”